

O CONSTRANGIMENTO NOSSO DE CADA DIA: O JORNALISMO E OS CONSTRANGIMENTOS ORGANIZACIONAIS

Mozahir Salomão

Resumo:

Este texto pretende discutir como, nas rotinas produtivas do jornalismo, o exercício profissional é impactado, cotidianamente, por diversos tipos e formas de coerção. Além das ordens superiores, que tentam ordenar o trabalho jornalístico em relação a temas, formas e tons de cobertura, existe um controle não corpóreo, não explicitado – que não se diz ou não se escreve, mas que está ali, diariamente, a pontuar, nortear, restringir o trabalho na redação. A constranger. O tipo de constrangimento que interessa aqui é aquele resultante das próprias rotinas produtivas da notícia e das relações que engendram a cultura profissional e, muitas vezes inconscientemente, acaba sendo exercido pela própria redação em sua rotina de trabalho.

Palavras-chave: *Jornalismo; Rotinas Produtivas; Constrangimentos Organizacionais.*

Abstract:

This text aims at discussing how, in the productive routines of journalism, professional life is constantly affected by different kinds and forms of coercion. In addition to the superior orders, which seek to guide the journalistic work concerning themes, forms, and coverage content, there is a non corporeal, non explicit control – neither verbalized nor written, but which is there, punctuating, guiding and restricting the editorial work, constraining it. The kind of constraint which interests us here results from the news own productive routines and from the relations that engender the professional culture and is ultimately performed by the editorial staff in its work routine, many times unconsciously.

Key-words: *Journalism; Productive Routines; Organizational constraints.*

A superoferta de meios e a facilitação do acesso à informação criaram para a imprensa riscos mais altos e mais freqüentes no que diz respeito aos cuidados éticos que a produção da notícia exige. Não é de se estranhar, então, que no momento em que uma avalanche de mensagens propiciada pelo correio eletrônico, *sites* noticiosos, *blogs* e mesmo mensagens informativas pelo telefone celular impõem-se também como fonte de informação, caiba ao jornalismo dito responsável reforçar cuidadosamente seus procedimentos básicos da construção noticiosa.

Melhorar as rotinas produtivas deve significar, para os jornalistas, ao que parece, utilizar-se bem das práticas e técnicas regulares e indispensáveis ao seu trabalho cotidiano. Apuração, checagem e configuração de uma narrativa jornalística que tenha como orientação principal o compromisso com a informação correta e de qualidade. Pode parecer o óbvio, mas, bem se sabe que no meio do caminho da edição de um jornal - seja ele impresso ou de mídias eletrônicas/digitais - muito se perde e muito se transforma.

A complexificação dos processos de produção da notícia - que acompanhou a complexificação da própria sociedade - já há muito assinalou alterações substanciais nas rotinas produtivas do jornalismo, estabelecendo - respeitadas as particularidades culturais e regionais - novos parâmetros técnicos e referências éticas no balizamento da construção do conteúdo noticioso. A começar por uma constatação cruel para os jornalistas: o jornalismo perdeu a legitimidade exclusiva de informar. A explosão de *sites* que associam informação (que acabam não diferenciando notícia, curiosidades, banalidades) e entretenimento soma-se a essa mesma tendência verificada nos tradicionais ambientes do jornalismo, como telejornais e programas de rádio. A notícia sempre foi um produto exclusivo do jornalismo. Quem garante que continue assim?

Mas vamos nos ater aos tradicionais ambientes de exercício jornalístico - a imprensa em seus variados suportes. Mesmo porque a noção que se deseja tratar neste texto tem menos a ver com novas possibilidades tecnológicas de produção, distribuição e acesso à informação e mais, por assim dizer, com as posturas e práticas que se instituíram há mais de um século na cultura profissional do jornalista, influenciando seu *modus operandi*.

Entre as teorias mais badaladas no final do século XX sobre o jornalismo, a teoria organizacional (TRAQUINA, 1993), formulada por Warren Breed, trata dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista. Tal teoria tenta mostrar que, a to-

do o momento, o jornalista é levado a ser *socializado* na política editorial da organização a partir de uma sucessão sutil de recompensas e punições. E que muitas vezes (infelizmente, a maioria), ele se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que tivesse trazido consigo para o veículo onde trabalha.

Breed identifica alguns fatores que levariam a um conformismo com a política editorial da organização (e que enfatizaria uma cultura organizacional, ao invés de uma cultura profissional): a) autoridade institucional e as sanções – muitas das sanções exercidas nas rotinas produtivas, ou seja, desde a distribuição das pautas ou exclusão de matérias; b) sentimentos de obrigação e estima para com os superiores; c) ausência de grupos de lealdade em conflito – a resistência em muitas redações da presença e atuação da representação sindical; d) o prazer da atividade – jornalistas gostam de seu trabalho, as tarefas são interessantes, resultam em satisfações de caráter não financeiro; e) as notícias como valor – a harmonia entre jornalistas e a direção é cimentada pelo interesse comum pela notícia.

Sem entrar em méritos ou julgamento de valor e aplicabilidade da teoria, os apontamentos de Breed colocam-se como pontos instigantes para se pensar sobre o exercício da profissão. No caso da imprensa brasileira, pode ajudar a compreender melhor as práticas de um jornalismo que historicamente – principalmente a partir da década de 50 – vem sendo marcado pela neutralização do profissional como sujeito, ator e autor intelectual, produtor de conteúdo e de conhecimento. Uma anulação que começa (ou termina) pelo texto – do qual ele é, por determinação de obtusos manuais, obrigado a apagar suas marcas de enunciador e sujeito observador – e se dissemina por todo o processo de produção jornalística.

CONSTRANGIMENTOS DE DIVERSAS ORDENS

O amplo vidro que separa a sala do chefe/diretor de redação do ambiente de trabalho de redatores, repórteres e apuradores nos veículos de comunicação está longe, certamente, de ser o ponto mais importante quando se trata dos constrangimentos organizacionais que afetam o jornalismo. Acontece, aí, não uma vigilância permitida por uma transparência física, mas uma visibilidade que se funda, paradoxalmente, na opacidade das relações cotidianas no exercício da profissão e dos mais difusos interesses dos agentes envolvidos no processo de

produção da notícia – seja a direção do veículo, outras áreas da empresa, como o comercial e o marketing e/ou os próprios jornalistas.

Bem sabem os jornalistas que, a despeito de determinações e recomendações que venham diretamente da direção dos veículos (*lá de cima*, como se costuma dizer em alguns deles) em relação a determinados temas, formas e tons de cobertura, existe um controle não corporado, não explicitado – que não se diz ou não se escreve, mas que está ali, diariamente, a pontuar, nortear, restringir o trabalho na redação. A constranger.

Na cultura profissional, sabe-se que a direção da empresa não tem que, geralmente, explicitar seus pontos de vista para estabelecer como as pautas devem ser cumpridas. Esse nível de coerção, com o qual o jornalista acaba, de alguma maneira, aprendendo a lidar, é por demais conhecido. Mas o tipo de constrangimento que interessa a esta discussão é de outra ordem. Ao ingressar em uma equipe de trabalho, o jornalista vai, rapidamente, intuindo e percebendo os humores, níveis de aceitação e rejeição em relação a temas, agentes e formas narrativas compartilhados pelos colegas de trabalho.

A opção da imprensa no Brasil por um modelo de *essencial objetividade jornalística*, que se contrapôs ao jornalismo polemicista das décadas de 1930 e 1940, teve alguns efeitos nefastos na qualidade do jornalismo no país, pelo menos, pode-se dizer, nas cinco últimas décadas. Se a intenção foi trazer a imprensa brasileira para uma “modernidade” (tardia), deixando de lado um viciado modelo de jornalismo de coronéis e magnatas, em médio prazo, a adoção do *lead* (praticamente um século depois), do *copydesk* e do jornal como um produto simbólico intelectual da era industrial moderna teve também efeitos cruéis em relação ao trabalho profissional do jornalista. A objetividade e imparcialidade, a qualquer custo, mais do que uma cultura produtiva, tornaram-se um dogma.

A postura da objetividade jornalística parece ter livrado a grande imprensa brasileira do polemicismo estéril e mesquinho preso prioritariamente aos interesses dos donos dos jornais, mas impôs-lhe, em contrapartida, o exercício de um jornalismo tímido, acrítico. Proporcionou, entre outros desvios, o jornalismo eminentemente declaratório, de meras versões. Do repórter praticamente ausente da enunciação.

Gostaria, ainda, de pontuar esta reflexão retomando pelo menos dois aspectos importantes da obra de Foucault (2002) e que podem, creio, contribuir para uma melhor análise: a natureza reticular do poder e a noção de panoptismo. O autor alerta para um cuidado importante para pensar-se o poder: o poder deve ser analisado como al-

go que funciona em cadeia, não está localizado aqui ou ali, nem está nas mãos de alguns. O poder não é um bem, mas algo que se exerce em rede na qual todos os indivíduos circulam, sendo que qualquer um pode estar em posição de ser submetido ao poder, mas também de exercê-lo. Nessa perspectiva, não se trata da questão de *quem tem o poder*, mas de estudá-lo no ponto em que se implanta e produz seus efeitos reais. Aqui, vale recuperar também a noção de *efeitos de verdade* que o poder produz, como o poder se legitima nas relações criando discursos que funcionam como norma.

Algumas dessas noções são de atualidade questionável, pelo fato de serem entendidas como pertinentes ao que se costuma chamar modernidade. Pois esta abordagem é a partir desse lugar, mesmo entendendo que há outras circunstâncias e ambientes alterados em relação à modernidade no mundo contemporâneo.

O *Panopticon* era um edifício em forma de anel, com um pátio no meio no qual havia uma torre central com um vigilante. Esse anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior, o que permitia que o olhar do vigilante as atravessasse. Essa forma arquitetônica das instituições valia para as escolas, hospitais, prisões, fábricas, hospícios (FOUCAULT, 2002, p 167).

O *Panopticon* era um espaço fechado, recortado e vigiado em todos os seu pontos. Nele, os indivíduos estavam inseridos num lugar fixo, com os menores movimentos e acontecimentos controlados. O poder era exercido segundo uma figura hierárquica contínua, o que permitia que cada um fosse constantemente localizado, examinado e distribuído (FOUCAULT, 2002, p.178). Assim, a vigilância hierárquica sobre os indivíduos permitia a articulação de um *poder* com um *saber*, que determina se alguém está se conduzindo como deve ou não. Essa articulação se ordena em torno da *norma*, do que é ou não normal, do que é correto ou incorreto, do que se deve ou não se deve fazer.

A partir, também, de Foucault, a proposição deste trabalho, e de antemão já lhe conferindo mais uma natureza de *feeling* do que de constatação científica, é de que os processos produtivos da notícia são intensamente perpassados por mecanismos de autocontrole que têm origem nos seus próprios agentes e silenciosamente pactuados pelas redações.

Não creio ser exagero afirmar que os jornalistas – em seus veículos – acabam por pactuar e estabelecer perspectivas e convenções minimamente harmoniosas, de onde emergem desde os critérios de noticiabilidade (que acabam por definir a *visão de mundo* que possui o grupo), como também escalas de valores de inclusão e rejeição de pautas/fontes/entrevistados a partir de critérios nem sempre claros e

objetivos. Os estudos sobre agendamento da imprensa já demonstraram como essa *ação em grupo* e essas determinações coletivas acabam por influenciar diretamente os critérios de noticiabilidade. Percebe-se, assim, a existência de níveis distintos e entrecruzados de contratos firmados pelo jornalista: com as determinações de ordem deontológica da profissão que exerce; com o patrão, que explícita ou veladamente lhe assinala quais são os interesses da empresa; com o público consumidor da notícia que ele produziu (de quem contratou a garantia de uma *verdade* sobre o real) e com seu grupo corporativo de trabalho – que busca articular-se, a todo o momento, em torno de uma unidade, uma identidade harmoniosa na construção do noticioso, diariamente feito.

Nesse sentido, dos cinco aspectos apontados por Warren Breed (1993, p.156-166) como fatores que levariam o jornalista a se conformar com a política editorial da organização, dois merecem atenção especial: o que o autor denomina de “prazer da atividade – jornalistas gostam de seu trabalho, as tarefas são interessantes, resultam em satisfações de caráter não financeiro”; e “as notícias como valor – a harmonia entre jornalistas e a direção é cimentada pelo interesse comum pela notícia.”

Em relação ao primeiro aspecto, vale lembrar que os jornalistas constituem um grupo social que partilha de um imaginário de representações (PONTE, 2005) sobre seu próprio ofício. Para a categoria, em geral, as situações de risco e obstáculos ao exercício do trabalho jornalístico são, de maneira ambígua, senão paradoxal, fonte de estresse e prazer. Se o *dead-line* é motivo para permanente angústia e reclamação da categoria, dele também resulta certo prazer assumido pelo jornalista, pois lhe dá a curiosa e irreal sensação de vitória sobre o próprio tempo. Cristina Ponte destaca que o risco é um dos elementos-base de identificação simultaneamente interpretativa e imaginária do trabalho jornalístico.

Interpretativa pela situação *arriscada* de cobertura no terreno de situações de conflito e de exercício profissional em quadros de ausência de respeito pelo exercício desse direito e que exige tomadas de decisão que confrontam constrangimentos com valores profissionais éticos. Também encontramos a idéia de *risco* na intensa incerteza e no próprio espaço da redação em processos de decisão cotidiana, feitos sob fortes constrangimentos de tempo: *risco* nas decisões editoriais de agendamento e tratamento de temas, na situação concorrencial de dispu-

ta de mesmas audiências, na avaliação pública contínua a que são sujeitas as suas produções (PONTE, 2005, p.144).

A autora chama a atenção, ainda, para o fato de que, entre os elementos constitutivos do imaginário coletivo dos jornalistas, o *risco* e o imprevisível surgem como oposição a um trabalho organizado por rotinas. Seria, assim, o jornalismo uma atividade de não rotina – algo muito presente no discurso dos profissionais experientes e dos que estão ingressando na profissão ou se preparando para fazê-lo.

Wolf (1999), ao analisar as *routinées* produtivas, lembra que essas rotinas se dão em três fases: a coleta, a seleção e o *editimg* e sua divulgação. Para ele, a fase da coleta (o recolhimento), por assim dizer, negaria o essencial da ideologia profissional que retrata o jornalista como alguém que tem como atividade principal a caça de notícias. O autor destaca que os canais de coleta de material já estão profundamente estruturados em função de avaliações de noticiabilidade: redes estáveis de fontes. Isso faz com que a fase da coleta seja influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, o que acabaria privilegiando os canais de coleta e fontes que melhor satisfazem essa exigência: fontes institucionais e as agências. A forma de organizar a coleta de materiais noticiáveis e a necessidade de rotinizar o trabalho levariam, assim, à redução dos possíveis canais de coleta – prevalecendo exigências de ordem operativa (racionalização do trabalho, redução de custos, redução dos tempos, etc.).

A fase seguinte das rotinas produtivas, a seleção dos acontecimentos, tomando-se ainda como referência Wolf (1999), lança luz também sobre essa reflexão sobre os constrangimentos. A triagem e organização do material que chega à redação constituem o processo de conversão do acontecimento em notícia. O autor revela que a seleção não é apenas uma escolha subjetiva do jornalista, mas institui-se como um processo complexo, que se desenrola ao longo de todo o ciclo de trabalho. As motivações nem sempre têm a ver apenas com a necessidade de produzir e transmitir notícias. Predomina nessas fases de seleção e produção um discurso de “eficiência” para que se alcance o máximo de rendimento de três recursos: pessoal, o formato e o tempo de produção. Wolf lembra, ainda, que o processo de seleção é um funil. Contém histórias de ontem, atuais e as permanentemente adiáveis – que podem ser retiradas a qualquer momento para dar lugar às *breaking stories* (notícias imprevistas).

Ao discutir como se fabrica a realidade jornalística, Miguel Túnez chama a atenção para o fato de como as rotinas produtivas do jorna-

lismo tendem a não apenas reproduzir a ideologia dominante, mas adequá-la à ideologia do veículo.

Ocorre que los acontecimientos noticiosos anunciados por las fuentes institucionales acostumbran a ser incorporados en las programaciones de cobertura informativa de rutina como actos previstos en la agenda, porque la presión del tiempo propicia lo que Stuart Hall el all refieren como calendarización del trabajo (TÚNEZ, 1999, p.191).

Estabelecem-se, por diversas maneiras, enfim, os constrangimentos ao trabalho jornalístico. Possuem dimensões e naturezas distintas. Se têm eles a ver com interesses e jogos de poder dos proprietários dos veículos e dos grupos em que estes se inserem e/ou representam, possuem, também, caráter organizacional originado nas relações do profissional jornalista com a empresa em que trabalha e desta com o ambiente exterior. É fortemente crivado ainda pela complexa engrenagem em que se dá o fabrico da notícia: as determinações de ordem linguageira; a deontologia profissional, os mitos do trabalho jornalístico, as limitações de natureza estrutural para a execução do trabalho e, certamente, as interferências distintas inerentes a qualquer campo de atividade intelectual e que são da ordem do político, do cultural, ideológico, do psicológico, etc.

Tentando sistematizar, os constrangimentos organizacionais se dão, entre outros fatores: a) pelas coerções de natureza temporal que influenciam diretamente no trabalho jornalístico; b) com a necessidade de o jornalista adaptar-se à ideologia e formas de percepção da realidade do seu grupo de redação e, por extensão, do veículo em que trabalha; c) filosoficamente, em função de mitos, como o da objetividade e da imparcialidade que se fazem presentes no discurso sobre a profissão e de como o jornalista acredita que pode, efetivamente, representar fielmente o real; d) a partir de uma cultura profissional balizada por parâmetros éticos claros e convencionada, mas que, não raramente, apresenta divergências em sua interpretação e aplicação nos âmbitos individual e coletivo dos grupos de redação; e) o *editing*: as imposições de natureza formal - linguageira e estética.

Em relação a este último item, é curioso como que, na profissão, dá-se uma outra conformação - de natureza logotécnica - do jornalista em relação à atividade. Se no imaginário dos futuros e jovens profissionais o jornalismo seria espaço privilegiado para o exercício de uma narrativa de qualidade e eminentemente intelectual, a imposição

de um estilo vigiada coercitivamente pelos manuais de redação dos veículos inibe radicalmente aqueles que tentam vôos individuais.

No caso da mídia eletrônica, como lembra Mauro Wolf, a fase de preparação e apresentação dos acontecimentos dentro do formato e da duração dos noticiários consiste, precisamente, em anular os efeitos das limitações provocadas pela organização produtiva para restituir à informação o seu aspecto de espelho do que acontece na realidade exterior. Se nas fases anteriores há um trabalho de descontextualizar os fatos do quadro social, histórico, cultural, etc., “nesta última fase produtiva executa-se uma operação inversa: recontextualizam-se esses acontecimentos” (WOLF, 1999, p. 220).

Segundo o autor, a fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social situa-se entre esses dois movimentos: por um lado, a extração dos acontecimentos do seu contexto e a reinserção dos acontecimentos noticiáveis no cenário constituído pela confecção, pelo formato do produto informativo. A rigidez do formato acaba por se constituir o padrão ao qual são adaptados os conteúdos dos noticiários.

A fase do *editing* tem como principal função transformar o acontecimento numa história com princípio, meio e fim, “com o objetivo de fornecer uma representação sintética, necessariamente breve, visualmente coerente e possivelmente significativa do objeto da notícia”.

Se tomarmos emprestada a noção de campos de Pierre Bourdieu, que se configuram a partir da existência de um capital específico, podemos entender, como propõe Berger (1996), que o campo do jornalismo detém, de maneira privilegiada, na sociedade, o capital-simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer. O autor salienta que se cada campo possui um capital específico, a cada capital corresponde um discurso.

O campo do jornalismo, de natureza marcadamente informativa, operacionaliza um discurso que tem como função a reposição do real; de atendimento a esse desejo interno e obsessivo do homem de fruição do presente; de estabelecimento de um amplo, mas muitas vezes discriminador e excludente, espaço público midiático, que retroalimenta a permanente ilusão de onisciência, ubiqüidade e de efetiva conquista do tempo real. Uma falsa impressão da vitória sobre o tempo lógico e uma vingança contra a impossibilidade da permanência.

Podemos tomar a notícia como unidade básica do jornalismo, seu produto essencial, a maneira que encontram os jornalistas para repor a cena primária, o fato como ele se deu e que escapa ao leitor/ouvinte/telespectador, como designou Fausto Neto (1997). E é o próprio Fausto Neto quem sugere que a cena primária escapa, na verdade, ao

próprio jornalista, que tem, no discurso jornalístico, uma contratação de objetividade com o receptor que, afinal, nunca se realiza, se plenifica. Ao construir a notícia, o jornalista está vulnerável a interferências de caráter ético, político, ideológico, psicológico – para citar algumas. Ao estabelecer seus recortes – dado que o jornalismo é, em essência, fragmentário –, o jornalista faz opções – de seleção e rejeição de dados e informações – para construir sua notícia. A notícia não é e não pode ser tomada como o fato em si. É mero relato. Usando o conceito de Alsina (1989, p.93), é a “representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. É, antes, uma remodelação, uma construção mental do objeto, concebida como não separável da atividade simbólica de um sujeito inserido no campo social.

CONCLUSÃO

Certamente não se pode creditar exclusivamente ao jornalista, em seu trabalho profissional, as perdas e danos que a notícia contém e, muitas vezes, provoca. A imprensa é lugar, acima de tudo, de busca e exercício do poder. O jornal é uma instituição que se oferece como olhos e ouvidos da sociedade, mas que também fala, argumenta, polemiza e defende aquilo que é de seu interesse – seja da ordem do político, do econômico, cultural, religioso, etc. Além disso, o caráter essencialmente fragmentário e precário da informação jornalística, aliado, no caso brasileiro, a um discurso de objetividade e imparcialidade, coloca a notícia sempre em circunstância de efemeridade e incompletude. A notícia refere-se sempre ao singular, a uma factualidade que se esgota na descrição da cena. Como já se disse aqui, é *a construção de um mundo possível*.

Melhorar as rotinas produtivas, insisto, pode começar pela aceitação, pelo repórter, de que o que ele oferece ao leitor não é o fato, mas uma versão construída dentro de técnicas específicas e produzida dentro de uma lógica fabril e institucional. Melhorar o fazer jornalístico deve significar mais inquietação frente à informação facilmente obtida e a um mundo que insiste em apresentar-se como correto e lógico

Comecei este texto citando Foucault (2002) e, por coerência, mas, exatamente aqui, sem a devida certeza, termino citando o mesmo autor. É creditada a ele a expressão *é preciso juntar o nome à coisa*. É como sentimo-nos, os jornalistas, creio, muitas vezes. Vivemos presos e vigiados, mas assustamo-nos quando descobrimos que não temos efetiva liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miquel. *La consrucción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.
- BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José. (Orgs.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- BREED, Warren. Controlo social da redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson et al. *Jornalismo: questões teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993. p.152-166.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Em busca da cena primária*. Copião do autor. 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias*. Florianópolis: Insular, 2005.
- SALOMÃO, Mozahir. (2004) *Melhorar as rotinas do jornalismo*. Disponível em: <http://www.ob-servatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2007.
- SOUSA, Jorge Pedro. *A notícia e seus efeitos*. Coimbra: Minerva Editora, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Editora Veja, 1993.
- TÚNEZ, Miguel. *Producir noticias*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, 1999.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.